

No canteiro de obras, 80 malas sem um único dono

Na história oficial, o caso da Construtora Pacheco Fernandes Dantas teve um trabalhador morto. Outros três ficaram três feridos, removidos em seguida ao Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO), na Vila Metropolitana, entrada do Núcleo Bandeirante. Os registros e prontuários dos trabalhadores atendidos na instituição, depois extinta, perderam-se no pó da burocracia e do des-caso. Outros relatos de candangos, além de pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória do Centro-Oeste (Necoim) da Universidade de Brasília (UnB), reafirmam o perfil de massacre ao que a oficialidade impõe como simples evento.

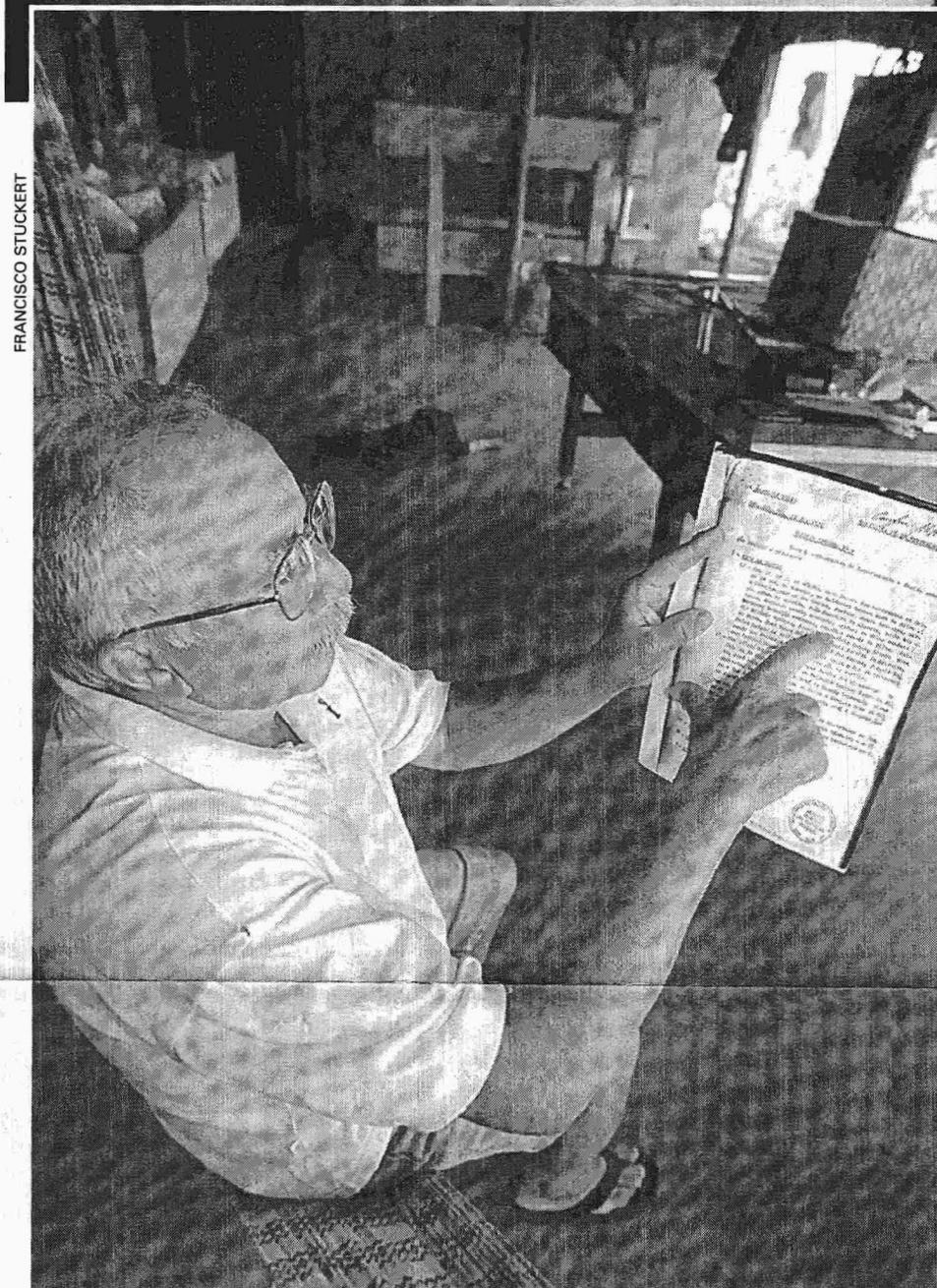
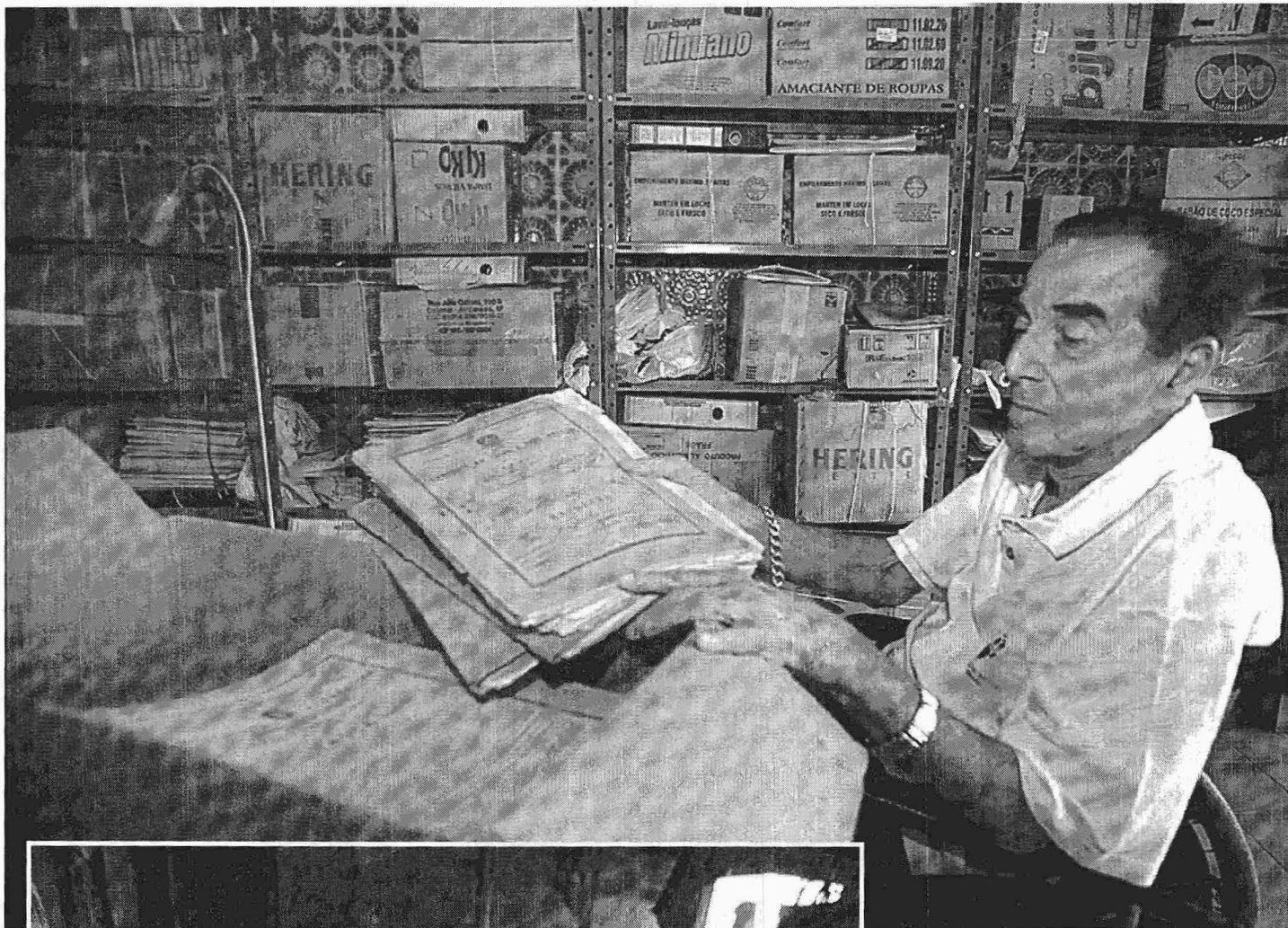
Nessas pesquisas, dezenas de mortes ocorreram no acampamento, contrariando a versão esterilizada. Suzana Conceição Mendonça, já falecida, que à época lavava a roupa dos peões, contou aos pesquisadores da UnB que em 9 de fevereiro, na manhã seguinte, procurou por alguns de seus clientes e não os encontrou. Esse relato está descrito, também, no livro No tempo da GEB, de Hermes Aquino Teixeira. Ela afirmou ter deixado as roupas que sobraram com um dos vigias do canteiro, para que fossem doadas. "Eu tinha o nome deles anotado."

Otacílio da Silva trabalhou em 1959 no canteiro de obras da 208 Sul, no extinto Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (Ipase). Segundo ele, um colega da Pacheco Fernandes apareceu no local onde trabalhava rela-

tando o ocorrido e contando que mais de 80 malas teriam aparecido, "sem dono", no local do massacre. O homem teria retornado, dias depois, para sua cidade de origem, traumatizado pelas cenas que assistira. "Ele foi embora muito assustado", conta.

PRESSÕES - Juiz da Comarca de Planaltina no período de construção da nova capital, Lúcio Arantes revela que teve em mãos o processo sobre a morte de um trabalhador da Construtora Pacheco Fernandes por policiais da GEB. Aos 86 anos de idade e lúcido, ele conta que a documentação foi encaminhada pelo Departamento de Polícia e retornou às mãos do delegado responsável pelas apurações - nunca mais a viu. Uma fantasia, criada por forças políticas antagônicas às de Juscelino Kubitschek para desmoralizar a imagem de Brasília, é a teoria de Arantes sobre a suposta execução de dezenas de operários.

Coisa liderada pela União Democrática Nacional (UDN), contrária à construção da cidade, acredita o juiz. No entanto, admite que "houve pressões" e que o delegado encarregado do caso foi transferido para Belo Horizonte (MG). "Procurou-se conter essa onda de boatos. Não se apurou nada mais sobre isso", conta. O juiz lembra ter autorizado o pagamento dos direitos trabalhistas à família do operário assassinado e que as custas do sepultamento foram assumidas pela construtora. "Não creio, sinceramente, que tenha havido um massacre", afirma.



FRANCISCO STUCKERT

"Houve pressões e procurou-se conter essa onda de boatos. Não se apurou mais nada sobre isso. Mas, sinceramente, não creio que tenha havido um massacre"

Lúcio Arantes,
87 anos, juiz da Comarca de Planaltina à época da construção de Brasília, que teve em mãos processo sobre a morte de trabalhador da Pacheco Fernandes por policiais da GEB

"Trabalhava no canteiro de obras da 208 Sul, no Ipase. Um colega da Pacheco Fernandes disse que mais de 80 malas apareceram sem dono no canteiro de obras, no local do massacre"

Otacílio da Silva,
candango e pioneiro, sobre as histórias que circularam no dia seguinte ao episódio

os
stíça, Cirilo
ndo
go do
Regional de
hado".

■ Coisa liderada pela União Democrática Nacional, a UDN, partido que fazia ferrenha oposição ao presidente Juscelino Kubitschek. Essa é a opinião do aposentado Lúcio Arantes, 87 anos, que à época era juiz na Comarca de Planaltina, para explicar a dimensão que tomou o caso da Construtora Pacheco Fernandes.